

## ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL DA TARDE NA MORTE DE VLADIMIR HERZOG

Elen Cristiane Silva Florentino (IC) e José Alves Trigo (Orientador)

**Apoio: PIVIC Mackenzie**

### RESUMO:

A pesquisa tem o intuito de analisar as matérias publicadas pelo *Jornal da Tarde* em outubro de 1975, sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, dado que esse acontecimento se tornou um marco no processo de Redemocratização do Brasil. Após um estudo no Arquivo Histórico de São Paulo, pude verificar que alguns veículos midiáticos contribuíram para pressionar a queda do regime ditatorial (1964-1985), conseqüentemente, possibilitando uma abertura política e o aumento da liberdade da expressão. Com base em livros, revistas e recortes de matérias, a produção científica tenta provar que a imprensa pode ser um poderoso aliado da população diante de períodos com fortes disparidades políticas.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Redemocratização. Ditadura.

### ABSTRACT:

The research intends to analyze the articles published by *Jornal da Tarde* in October 1975 about the death of journalist Vladimir Herzog, since this event became a milestone in the process of Redemocratization in Brazil. After study the Historical Archive of São Paulo, I could verify that some media vehicles contributed to pressure the fall of the dictatorial regime (1964-1985), consequently, allowing a political opening and increasing freedom of expression. Based on books, journals and clippings, the scientific production attempts to prove that the press can be a powerful ally of the population in times of strong political disparities.

**Keywords:** Journalism. Redemocratization. Dictatorship.

## 1. INTRODUÇÃO

Alguns se perguntam para que devemos estudar história. A resposta para esse questionamento está atrelada ao fato de que precisamos aprender com o passado, a fim de não cometermos os mesmos erros no futuro. Só estudando conseguiremos permanecer em constante evolução. Não podemos esquecer o que nos antecede, visto que o mundo no qual vivemos hoje, é dessa forma graças às decisões tomadas anteriormente pelos governantes ou por anseios de uma coletividade.

A ditadura no Brasil, que começou em 1964 e foi até 1985, caracteriza-se como um dos períodos mais conturbados do país, visto que a nação, após o golpe, ficou sob o comando dos militares. No final do ano de 1968, segundo Perosa (2001), o Ato Institucional Nº5, o AI-5, conferiu poderes excepcionais ao presidente que institucionalizou a censura no país. Esse fato “silenciou” a imprensa no que diz respeito às decisões tomadas pelo Estado, resultando em mais de mil itens censurados (livros, filmes, peças, letras de música e matérias jornalísticas).

A opinião pública variou ao longo das décadas de 1960 a 1980. Tal fato, foi impulsionado por decisões de um governo que até hoje não temos exatidão sobre todas as interferências que promoveu. Algumas famílias ainda lutam por justiça, almejam que ocorra o devido reconhecimento do Estado mediante as tragédias que se sucederam em suas vidas, como perda de pais e filhos.

Fundada em novembro de 2011, a Comissão da Verdade, que investigou as graves violações aos direitos humanos ocorridos na época de 1946 até 1988, entregou à então presidenta Dilma Rousseff o relatório final que, em dezembro de 2014, retratava 22 nomes de jornalistas mortos por causa da censura e repressão. E a personalidade mais famosa dessa lista era o jornalista Vladimir Herzog.

Ao longo da pesquisa é possível constatar que a imprensa, após a morte, contribuiu para fortalecer a imagem do jornalista como um símbolo heroico entre o público. Principalmente, por meio das reportagens de alguns grandes jornais impressos, que mesmo diante da censura, procuraram formas alternativas de relatar os excessos cometidos pelos militares. E como forma de limitar o campo de estudo explorado, uso uma pergunta-problema como eixo norteador: “Como a imprensa contribuiu para tornar a morte de Vladimir Herzog um marco no início do processo de redemocratização do Brasil?” Para responder essa questão, utilizo grande parte do conteúdo pesquisado e recortes de algumas reportagens do *Jornal da Tarde*.

Após pesquisar no Arquivo Histórico de São Paulo, como esse mesmo fato foi apresentado ao público de formas distintas, optei por estudar as matérias do *Jornal da Tarde*, porque esse veículo midiático se mostrou um dos mais engajados na busca por justiça. A compilação desse material contribuiu para a produção de uma análise de discurso das reportagens publicadas até uma semana após o fatídico “suicídio”.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO:**

### **2.1. Jornal da Tarde**

Inaugurado em 4 de janeiro de 1966, esse periódico ficou mais conhecido como JT, e foi um dos principais veículos informativos da cidade de São Paulo. Idealizado e concebido por Mino Carta, com a ajuda de Murilo Felisberto; o periódico tinha o propósito de instaurar um novo modelo de jornalismo no Brasil, inspirado na forte movimentação cultural e nas mudanças comportamentais da década de 60.

Vinculado à família Mesquita, do grupo *O Estado de S. Paulo*, o jornal passou por diversas mudanças ao longo dos seus 46 anos de história, como, por exemplo: a sua distribuição nas bancas que, inicialmente, ocorria no período vespertino até 1987, e depois tornou-se matutino; e a inclusão das páginas do Jornal do Carro, em agosto de 1982.

Logo no seu primeiro ano de existência, o *JT* teve a sua primeira briga com o governo, por causa de uma manchete intitulada: "Ditador quer calar a Imprensa". E na década seguinte, o jornal sofreu forte censura na redação que, por iniciativa do diretor Ruy Mesquita, optou por preencher os espaços das notícias censuradas com receitas que não funcionavam, além de criar títulos irônicos para as suas publicações, como “Lauto Pastel”, crítica direta ao ex-governador paulista Laudo Natel.

### **2.2. Vladimir Herzog**

Nascido em 27 de junho de 1937, no Reino da Iugoslávia, Vlado era filho de pais judeus, e teve que fugir junto com a sua família primeiramente para a Itália e, posteriormente, para o Brasil, com a finalidade de escapar do antissemitismo praticado durante a Segunda Guerra Mundial.

Apaixonado por fotografia, almejava criar grandes projetos na área cinematográfica, porém sua contribuição mais importante foi na área jornalística, como: correspondente

internacional da BBC; diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura; e professor de jornalismo na Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1978, foi criado o prêmio Vladimir Herzog tanto para homenageá-lo, quanto para condecorar trabalhos jornalísticos voltados às publicações que visam a promoção da democracia e dos Direitos Humanos e Sociais. Além disso, em 2009, surgiu ainda o Instituto Vladimir Herzog, com o objetivo de promover debates entre os profissionais da comunicação e organizar os materiais que retratam sobre a carreira de Vlado.

### 2.3. Processo de redemocratização no Brasil

O assassinato do jornalista caracterizou-se como um “divisor de águas” para o início da redemocratização no Brasil, (ALMEIDA FILHO apud CARTA, 1977). Porque o levante contra o regime ditatorial não era mais exclusivo ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as organizações de grupos católicos simpatizantes. O sentimento de indignação, que instigou tanto classe média e elite quanto jornalistas, serviu como “combustível” para o início de um processo que culminou, nos anos 80, nas “Diretas já” e, posteriormente, na volta da sociedade às urnas.

O comando opressor já evidenciava sinais de esgotamento, devido ao “Fim do milagre econômico”, a triplicação dos preços do petróleo e a derrota para o MDB nas eleições indiretas. O grupo de orientação econômica direitista se dividiu em duas correntes antagônicas: uma parte defendia a permanência de um Estado cada vez mais incisivo e, em contraposição, a outra parte já refletia sobre uma volta gradual dos direitos civis.

Nas décadas de 1960 a 1980, muitos daqueles que eram a favor da ditadura seguiam esse pensamento por causa das vantagens financeiras que o regime proporcionava. “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, declarou o ministro da Fazenda vigente de 1968 a 1974, Delfim Netto. Durante o auge do “Milagre”, o Brasil ultrapassou os 10% de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto), porém a concentração de renda ficou condicionada em uma pequena parcela da população, a elite. Os 10% dos cidadãos mais ricos tinham 38% da renda em 1960, chegando a 51% em 1980, (UOL, 2015, sp).

Com a finalidade de manter os privilégios e eliminar a “subversão comunista”, no ano de 1969 - sob a égide do general Emílio Garrastazu Médici - foi instaurado a Institucionalização do terrorismo de Estado, criando um aparato de guerra, contra militantes e jornalistas, com o intuito de destruir e desarticular lideranças que tinham o objetivo de extinguir o comando dos generais. Além disso, nesse mesmo ano, foi criada a Lei de Segurança Nacional, garantindo legalmente o Estado para práticas de repressão a qualquer grupo que tentasse infringir as normas impostas por esse comando autoritário.

Nos anos seguintes, os militares pautaram-se em uma caça incessante aos comunistas e aos militantes. Sequestravam e levavam os suspeitos para as dependências da sede do DOI/CODI, em São Paulo. Lá os presos eram submetidos a torturas para que fossem revelados os nomes e as localizações dos líderes do movimento contra o regime. De acordo com Perosa (2001, p. 20), “Vladimir Herzog, foi uma das vítimas da ‘Operação Jacarta’, desencadeada pelas forças de segurança nacional, em setembro de 1975, sob a acusação de que participava da reorganização do Partido Comunista Brasileiro”.

Diferentemente dos demais presos políticos, que foram sequestrados e direcionados às salas de interrogatórios no DOI/CODI, Herzog foi ao local acompanhado por um colega de trabalho, Paulo Nunes - jornalista encarregado da área militar na redação da *Cultura* - após receber uma intimação dos oficiais de justiça.

Diante desse cenário, Vlado e a sua esposa sabiam que ele estava entre os suspeitos de “subversão”, mas ambos não acreditavam que a ligação com o PCB, pudesse levá-lo à morte. “Continuamos a viver normalmente. Aliás, como diz o coronel Erasmo, quem não deve, não teme, e fiquei tranquila”, (ALMEIDA FILHO apud HERZOG, 1978).

O Vlado efetivamente tinha optado pelo Partido Comunista do Brasil. Ele tinha se inscrito, não era ativista. Se apresentou em um dia de manhã e às 16h, segundo consta, ele estava morto sob tortura, (UOL apud DANTAS, 2015).

No dia 24 de outubro de 1975, os policiais foram até a residência de Herzog para encaminhá-lo ao interrogatório, porém ele não estava. Então, Clarisse - esposa do jornalista - informou que seu marido se encontrava na emissora TV *Cultura*, dirigindo o jornal *Hora da notícia*. Por causa de alguns imprevistos, o comparecimento ao departamento policial foi adiado para o dia seguinte. “Vlado parecia agora completamente tranquilo e satisfeito em saber que, pelo menos, poderia passar a noite em casa”, relata Filho (1978, p.19).

Na manhã seguinte, o comparecimento ao DOI/CODI deu início a uma história que chocou grande parte da sociedade, tendo em vista que o II Exército de SP, após horas com Herzog, emitiu uma nota mencionando o famoso “suicídio”.

A cena armada acabou sendo desmascarada por fatores simples que passaram despercebidos pelos militares. Por exemplo, a altura na qual o corpo do jornalista – com o pescoço preso nas grades da cela – foi encontrado pelos policiais, impossibilitando um enforcamento espontâneo, e a cinta utilizada para a suspensão do cadáver, objeto que era proibido permanecer com os presos, exatamente como forma de impedi-los de usarem isso como arma. “Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa

manipulação", declara Silvado Vieira - o fotógrafo incumbido de retratar o "suicídio" - durante reportagem para o jornal *Folha de S. Paulo*.

As fotos tiradas por Vieira, após serem reveladas ao público, acabaram tendo o resultado contrário ao esperando. Os militares "linha dura" almejavam um endurecimento da ditadura. A ala mais radical promovia um golpe dentro do próprio golpe, com o intuito de retomar as "rédeas" das decisões políticas, posto que o general Geisel – representante do governo em 1975 - planejava desmontar gradativamente o aparelho repressor do Estado.

Para atrapalhar a 'distensão gradual e progressiva' de Geisel, que incluía a desmontagem do aparelho repressivo de exceção, passaram a efetuar provocações que, esperavam eles, fariam a esquerda reagir. Valia tudo para despertar o 'fantasma do comunismo' que lhes era tão vantajoso, (LUNGARETTI, 2005).

A decisão do endurecimento da ditadura, pela ala radical, ocorreu porque o regime autoritário promovia grandes benefícios para os fardados que caçavam os "subversivos", como: perspectivas de ascensão de carreira, grandes quantias expropriadas dos partidos comunistas e, até mesmo, "caixinhas" para premiar os militares que capturavam ou matavam militantes de forma clandestina.

Após o caso de Herzog, segundo Lungaretti (2005), o presidente Geisel solicitou que os membros do DOI/CODI não repetissem esse tipo de ação. Contudo, antes da tragédia completar três meses, os torturadores mataram o metalúrgico Manoel Fiel Filho, também do PCB. Conjuntura que possibilitou ao general diminuir grande parte das operações no departamento de repressão, além de exonerar um dos principais comandantes do II Exército, Ednardo D'Ávila Melo.

A morte do noticiário, conforme foi se propagando pela sociedade, iniciou um processo de comoção nacional. Levando estudantes e professores da USP (Universidade de São Paulo) a entrarem em greve, o Sindicato dos Jornalistas e a Ordem dos Advogados a exigirem a abertura do inquérito, e 40 bispos católicos assinarem uma declaração pública denunciando a violência do governo. De modo que é possível dizer que a morte de Herzog "representou a argamassa que uniu correntes oposicionistas na hora em que os ventos começavam a soprar em outra direção", (JORDÃO apud KONDER, 2015).

Apoiamos a revolução. Sabíamos que era o único recurso que nós tínhamos para nos opor a conspiração de João Goulart e tendo consciência de que no dia seguinte estaríamos contra a revolução, por fatalmente ela teria que seguir os rumos que está seguindo no plano político, redundando na instalação de uma espécie de ditadura militar com a qual O Estadão nunca poderia concordar [...].

Foi esta posição que nos levou primeiro a criticar franca e abertamente a revolução enquanto isso nos foi possível [...]”, (MARCONI apud PEROSA, 2001).

Essa declaração mostra como a situação era muito delicada para toda a classe jornalística naquela época. Os noticiaristas, em sua maioria, eram contra a possível ascensão política do presidente João Goulart, por causa que o governante simpatizava com as chamadas reformas de base (medidas de corte nacionalista que previam reformas nos setores: agrário, educacional, fiscal, eleitoral, urbano e bancário). Mas os jornalistas também estavam preocupados com a possível ascensão militar. Circunstância que fez com que os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, desde o início do regime, se preocupassem, na medida do que era possível, em fornecer o máximo de informações sobre a conjuntura governamental vigente naquele período.

Porém, uma extensa parte dos grandes jornais, antes da tragédia, se omitiam de opiniões políticas. Alguns por terem posicionamentos favoráveis ao governo e outros devido à censura que acontecia em nome da estabilidade política do país. Segundo Kucinski (2003), a imprensa alternativa (ou nanica) foi um grande aliado da população, por ter exercido uma oposição intransigente ao regime ditatorial. Ao longo dos famosos anos de ditadura militar, surgiram cerca de 150 periódicos que cobravam a restauração da democracia, mesmo durante o período no qual o Estado aparentava êxito em suas medidas.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade, (KUCINSKI, 2003, p. 6).

Os grandes jornais seguiram na contramão, após o golpe de 1964, em relação ao papel ativista desempenhado nos anos de 1950, na luta contra o Estado populista. Cenário político social que nos permite dizer que foram esses veículos alternativos que protagonizaram um papel fundamental na consolidação de uma reorganização política e ideológica dos movimentos de esquerda.

Contudo, os dias posteriores ao

[...] assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas câmaras de tortura do Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho no conjunto da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes, (KUCINSKI, 2003, p. 6).

E o culto ecumênico, realizado em memória ao jornalista, contou com mais de 8 mil pessoas, contribuindo para que o apoio da sociedade fosse diminuindo o medo de represálias paulatinamente em prol da busca por justiça. “Quebrou-se o ‘tabu’ da inviolabilidade, ante a brutalidade dos acontecimentos ocorridos em São Paulo e as trágicas consequências da misteriosa escalada da violência”, (ALMEIDA FILHO apud BOAS, 1978).

“Nesta perspectiva o *Estado de S. Paulo*, assim como o *Jornal da Tarde*, pertencentes ao mesmo grupo empresarial, tendem a imprimir maior densidade aos seus relatos, procedendo uma análise mais extensa e detalhada sobre o caso”, segundo Perosa (2001, p. 30). Ao contrário do que ocorreu na imprensa do grupo Mesquita, os jornais do grupo Frias, como *Folha de S. Paulo* e *Folha da Tarde*, durante boa parte da ditadura implantaram a “autocensura”, porque o grupo empresarial estava expandindo os seus negócios e optaram por permanecer “isentos” em relação às atitudes do governo.

[...] melhor que os próprios jornalistas se autocensurassem. Melhor fazer com que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua confiança [e] [...] esses quadros foram montados por quase todas as empresas jornalísticas. Para o Estado autoritário, a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade, (KUSHNIR apud KUCINSKI, 2015).

Sendo assim, é possível dizer que não era só a política que estava dividida naquele momento. O foco, que deveria ser a informação, ficou em segundo plano diante dos interesses econômicos de instituições, como a *FSP* e até mesmo as repartições da *Globo* do grupo Roberto Marinho. “A *Globo* retratava um país fora da realidade política vivida no momento, e o próprio ocaso da ditadura foi retratado pela emissora de maneira peculiar”, (SANGUINÉ JÚNIOR, 1998, p. 33).

Durante esse período, a imprensa brasileira viveu um dos seus piores momentos na história brasileira, segundo Sanguiné Júnior (1998). *O Estado de S. Paulo* teve uma de suas edições aprendidas, em dezembro de 1968, por causa de um editorial intitulado “Instituições

em Frangalhos”. E em janeiro de 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.077, foi regulamentada por Alfredo Buzaid, ex-ministro da Justiça, a censura prévia. Lei que obrigava uma aprovação do Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, para que qualquer publicação noticiosa pudesse ser postada. “Alguns jornais tentavam “driblar” a censura, fazendo uma espécie de protesto: publicavam poemas de Camões nos lugares das matérias censuradas. Outros publicavam receitas culinárias, como o Jornal da Tarde”, (SANGUINÉ JÚNIOR, 1998, p. 28).

O *Jornal da Tarde (JT)* - que já era conhecido pelo público por pressionar o governo



contra a censura - foi um dos primeiros veículos midiáticos da grande mídia que iniciaram as publicações com uma visão política-ideológica acerca da tragédia. “Exército anuncia morte de jornalista preso”, foi um dos destaques na primeira página.

Figura 1- Jornal da Tarde (27 de outubro de 1975) – Imagem retirada do Arquivo Histórico de São Paulo

A chamada de rodapé chamava a atenção do público por levantar a discussão sobre a situação dos suspeitos e presos políticos, mediante a irresponsabilidade que o Estado apresentou em resguardar a segurança do jornalista. Principalmente, porque o famoso “suicídio” ocorreu de uma forma extremamente duvidosa. Fazendo com que aumentassem as



suspeitas de violações militares, nas prisões e nos interrogatórios, dos Direitos Fundamentais do Cidadão.

Certamente, nenhum outro jornal ligado à grande imprensa, preocupou-se tanto em comunicar a morte de Vladimir Herzog, conferindo-lhe uma dimensão jornalística de 'grande evento', digno de uma cobertura extensa, vibrante e formalmente bem cuidada, revela Perosa (2001, p. 53).

Mesmo que o assassinato tenha ocorrido no dia 25 (sábado), a informação só ganhou dimensão pública - através dos grandes jornais impressos - dois dias após o acontecido, segundo Perosa (2001). Tal como retrata a imagem anterior, a primeira matéria, sobre o caso no JT, publicada no dia 27 de outubro de 1975.

A notícia ocupou quase toda a página 6, cedendo um breve espaço apenas para a publicidade. Reportagem que representou o começo de uma iniciativa pioneira, que culminou em uma das maiores investigações sobre as ações cometidas pelos militares do DOI/CODI. Porque a segurança dos demais jornalistas presos tornou-se um dos principais direcionamentos de toda a classe intelectual, em consoante com o Ato Institucional nº14, de 1969, no artigo 153º inciso 11, que previa:

Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar, (CONGRESSO NACIONAL, 1969).

A fim de expressar a sua intolerância em relação à versão divulgada pelo II Exército de São Paulo, o *Jornal da Tarde* "teceu uma rede de solidariedade textual, cujos conteúdos ora acentuavam a qualificação profissional, ora a proximidade afetiva, ora a condição de cidadão do jornalista", relata Perosa (2001, p. 59). Tipo de posicionamento que evidenciava o caráter ideológico do jornal que, mesmo diante da ameaça do retorno à censura, permaneceu cobrando um respaldo das autoridades sobre o que realmente aconteceu durante o interrogatório de Herzog.

Para isso, o *JT* teve a preocupação de investigar tanto o fato quanto o seu desdobramento, produzindo reportagens marcantes, como: "O último dia de Vlado: trabalhando na TV Cultura", declarando abertamente a tensão estabelecida na Fundação Padre Anchieta com a chegada de dois homens (não identificados) que exigiram a presença do noticiário nas dependências do DOI/CODI:

Todos tentavam convencer os dois homens de que Vlado não poderia sair naquele momento. Mais gente foi chegando, outros funcionários da TV-2, não ligados ao departamento de telejornalismo. Houve uma mobilização geral. Foram feitos vários telefonemas, inclusive um para o II Exército. Tentou-se explicar que Vlado não poderia sair dali, (JORNAL DA TARDE, 1975, sp).



Figura 3- Jornal da Tarde (27 de outubro de 1975) – Imagem retirada do Arquivo Histórico de São Paulo

A equipe de repórteres publicou diversas matérias - nos dias posteriores ao anúncio da morte pelo II Exército - retratando a atuação do sindicato dos jornalistas, que cobravam um respaldo sobre as ações do DOI/CODI, promovendo a conscientização de que era fundamental exigir a defesa da integridade da classe jornalística, dos militantes e dos demais presos políticos, além de mais explicações sobre o suposto suicídio.

Os relatos eram acompanhados de notas na primeira página e de artigos como “O que o governo não pode tolerar”, matéria do dia 28 de outubro, que demonstrava o forte apoio político da equipe do grupo Frias aos membros da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e as demais personalidades que passaram a criticar a forte repressão do Estado. “É pública e notória a intolerância que este jornal adquiriu face a tudo que desagregue o tecido social expresso na lei”, (JORNAL DA TARDE, 1975, SP).

A profunda e fraterna solidariedade devida entre todos os homens renasce e ganha vigor no doloroso momento em que o jornalista Vladimir Herzog desaparece na forma oficialmente comunicada, mas na qual poucos acreditam, (JORNAL DA TARDE, 1975, SP).

As notícias sobre o velório-enterro demonstraram como o regime foi displicente até mesmo com os familiares e amigos da vítima. As ordens dos militares para o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que divergiam com os costumes da religião judaica, e a ocupação armada na clínica, mostravam o quão desconfortável foi para todos os presentes, tanto na cerimônia quanto no hospital, a presença militar.



Figura 4- Jornal da Tarde (28 de outubro de 1975) – Imagem retirada do Arquivo Histórico de São Paulo

O clima enquanto isso era de extrema expectativa, mais por causa dos agentes armados que passaram a madrugada no hospital, que logo cedo foram substituídos por fotógrafos e cinegrafistas que não pertenciam ao sindicato ou a qualquer órgão de imprensa [...]. Na entrada interceptado por um auxiliar da Chevrah Kadisha (sociedade sagrada judaica responsável pela organização dos funerais de seus membros), que impediu que o corpo do jornalista do cemitério, o cortejo foi passasse pela casa de Tahra ou purificação, previsto na tradição, (PEROSA apud JORNAL DA TARDE, 2001).

A partir do momento que o jornal faz esses tipos de relatos, denunciando de forma implícita o desrespeito e a rigidez do governo, contribui de forma positiva para conscientizar a população que o caráter autoritário desse regime é muito maior e mais agressivo do que já havia sido divulgado anteriormente.

No caso específico do “Caso Herzog”, através da imprensa, manifestaram-se mais ordenadas e articuladas, as posições - antes registradas isoladas e alternadamente - de instituições tradicionais da sociedade civil, a exemplo da própria igreja, que através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, já vinha desenvolvendo diálogo com o grupo de Geisel com respeito à tortura e aos desaparecimentos, (PEROSA, 2001, pg.51).

Desde a sua criação, em 1966, o JT caracterizou-se pela sua inovação diante dos demais veículos informativos. Em relação à morte do jornalista não foi o contrário, buscando atrelar a cobertura do caso uma visão ideológica acerca das decisões tomadas pelo Estado, por meio de uma apuração que ora salientava as fissuras nos discursos dos representantes políticos, ora explicitava a percepção do jornal por meio de artigos de opinião.

Procurando até mesmo no testemunho da viúva o depoimento necessário para desestruturar a versão sobre o suicídio, segundo Perosa (2001). “Clarisse Herzog prometia lutar para que o corpo do marido fosse submetido à nova autópsia, “para que sua memória seja mantida limpa e corajosa como ele foi durante a vida”, (PEROSA apud JORNAL DA TARDE, 2001).

O senador Itamar Franco “acha necessário que neste momento, as autoridades responsáveis venham a público explicar o fato que gerou um número tão elevado de prisões. E, ao mesmo tempo, declarar oficialmente e de maneira detalhada, o estado de saúde em que se encontram esses presos, (PEROSA apud JORNAL DA TARDE, 2001).

A sensibilização da sociedade ocasionada pelas declarações dos familiares e amigos do jornalista e pelas reportagens da grande mídia, trouxe os pedidos de diversas autoridades institucionais à tona. Ademais, nessa mesma pauta, o JT deu espaço para as indagações de grandes personalidades em seus noticiários, por exemplo, os pedidos de esclarecimentos dos senadores do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Roberto Saturnino e Itamar Franco.

[...] em face das últimas prisões efetuadas entre jornalistas, estudantes e intelectuais paulistas, que culminaram com a morte de nosso companheiro, o jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército. Cientes de que os direitos humanos e a liberdade de expressão devem ser preservados [...], (PEROSA apud JORNAL DA TARDE, 2001).

Além disso, o JT publicou matérias que mostravam a solidariedade de diversos setores (estudantes, professores, atores e críticos), que prestaram homenagens a família de Herzog e retratavam por meio de comunicados a indignação ocasionada por essa trágica morte. Esse recurso ajudava a atrelar a percepção dos leitores com a opinião do próprio jornal.

Outro ponto também interessante, foi o espaço no qual o jornal cedeu para mostrar como os demais veículos estavam retratando o caso tanto no Brasil quanto nos demais lugares do mundo. Contribuindo para corroborar com a denúncia sobre a forte repressão militar. “Ninguém, naturalmente, se engana com as explicações dadas pelas autoridades militares”, (JORNAL DA TARDE apud LE MONDE DIPLOMATIQUE, 1975).

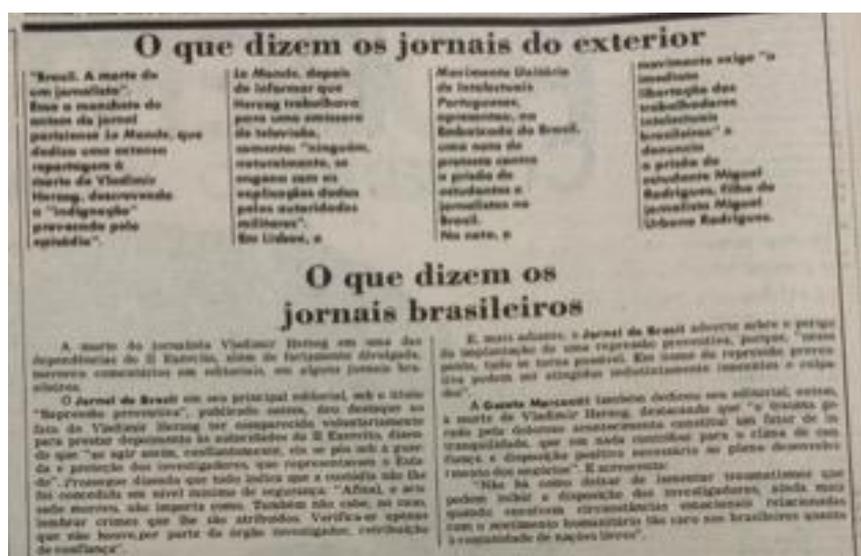


Figura 5- Jornal da Tarde (29 de outubro de 1975) – Imagem retirada do Arquivo Histórico de São Paulo

O JT, portanto, foi um dos veículos midiáticos que atenderam aos princípios básicos das coberturas jornalísticas. Essa participação aconteceu, principalmente, por meio das matérias que se empenharam em investigar a morte de Herzog. Contudo, diante dos posicionamentos distintos assumidos pela grande mídia, fica nítido que: “existiram jornalistas que colaboraram com o regime, outros que resistiram e outros ainda que se opuseram”, (KUSHNIR, 2015, p. 52).

Por causa disso, a história tende a mostrar, de forma bem genérica, segundo Kushnir (2015), dois tipos de profissionais que atuaram durante a ditadura: os *intelligenti*, que agiram ideologicamente criticando a atuação governamental; e os *intelectocratas*, que colocaram a responsabilidade adquirida nos serviços de censura estatal em primeiro plano, em detrimento aos interesses públicos.

A colaboração dos *intelectocratas* contribuiu para prolongar os dolorosos “anos de chumbo”, posto que eles impediram que as informações, sobre o caráter violento do governo, adquirissem um amplo conhecimento da população, além de produzir conteúdos que estimulavam a permanência dos militares. Circunstância que nos faz questionar sobre a obrigação pública adquirida no exercício de quaisquer profissões de cunho comunitário,

principalmente entre a imprensa, visto que o *Código Brasileiro de Ética dos Jornalistas Brasileiros* exige uma preocupação com o coletivo.

De modo que podemos ressaltar: “o jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista”, (SANDANO apud ABRAMO, 2015, p. 49). Sendo assim, tanto os repórteres que trabalharam para o Estado quanto aqueles que exerceram a profissão de forma negligente, estiveram em desacordo com a responsabilidade social necessária para o exercício do ofício.

Ademais, podemos frisar ainda que o *JT* desenvolveu uma cobertura dentro dos princípios do bom jornalismo, seguindo os principais deveres de um jornal em uma sociedade democrática, de acordo com Wolfgang Langenbucher (1974): a mediação de discursos opostos. Por ter mostrando tanto o parecer do II Exército de São Paulo, quanto uma visão ideológica de diversos grupos partidários, o periódico manteve o compromisso com a verdade. “Atribui-se aos meios de comunicação a função precípua de facilitar a comunicação entre todos os grupos que participam na formação da vontade política, criando assim a opinião pública dirigida”, (KUNCZIK, 2002, p. 100).

A pressão jornalística ao aparato governamental, após a morte de Vlado, trouxe os “primeiros frutos” logo no ano posterior ao “suicídio”. Tendo em vista que, no ano de 1976, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo encaminhou para a Justiça Militar o manifesto intitulado como “Em busca da verdade”, no qual foi assinado por 1.004 jornalistas. Episódio que marcou a história do país, por ter sido o primeiro documento a contestar abertamente o laudo do IML (Instituto Médico Legal), declarando uma ‘causa mortis’ contrária aos relatos do exército.

Portanto, “não há dúvida de que foi a partir do choque causado por sua morte que a imprensa brasileira tomou coragem de avançar até o horizonte do possível”, relata Ventura (2000).

### **3. METODOLOGIA**

O método, para a realização desta pesquisa, consiste em um estudo documental – por meio de artigos científicos publicados sobre o assunto, e algumas matérias - e bibliográfico – através de livros, sites e revistas que contribuiriam para aprofundar os meus conhecimentos sobre os desdobramentos sociais e políticos daquele período. Esse estudo foi realizado por meio de uma monografia que tem tanto o objetivo de relatar sobre a morte do jornalista, quanto mostrar como esse fato se tornou um marco no processo da redemocratização.

Há algumas hipóteses que explicam a ligação estabelecida entre a tragédia ocorrida na vida de Herzog ao “estopim” que deu início ao processo de redemocratização no Brasil. Por exemplo, o culto ecumênico em memória ao jornalista, uma das maiores mobilizações públicas durante a ditadura.

Outro ponto interessante, foi o manifesto “Em nome da verdade”, idealizado pelo sindicato dos jornalistas, em 1976. O documento, que contestava a causa da morte de Herzog, reuniu 1.004 assinaturas, o primeiro registro jurídico que foi de encontro a versão oficial do DOI/CODI.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As técnicas utilizadas estão de acordo com uma análise feita, logo no início do projeto, para identificar publicações que abordavam tanto o papel do jornalista Herzog na sociedade quanto materiais bibliográficos sobre a ditadura militar. A obra “Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa” serviu como base teórica para quase todo o artigo, visto que esse manuscrito tinha um intuito muito semelhante ao tema desta iniciação científica. De modo que, através desse material, foi possível conhecer outros autores que também analisaram o conteúdo publicado pela imprensa sobre a morte do jornalista.

Porém, diferentemente da Perosa, autora do livro mencionado, um dos pontos cruciais desta pesquisa vai além do simples estudo sobre as matérias jornalísticas disseminadas naquele período. Visto que uma das análises, criada para complementar os resultados obtidos pela apuração dos materiais coletados, está atrelada ao reconhecimento da importância da profissão de jornalista - não só no processo de redemocratização do Brasil -, mas em todos os períodos de crises políticas; colocando os repórteres da época do regime militar como agentes do Quarto Poder.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As notícias e os dados, abordados ao longo desta pesquisa, contribuíram para mostrar como o *Jornal da Tarde* realizou uma cobertura que não pode ser acusada de imparcial, principalmente, após a morte do Vlado. O processo de Redemocratização ocorreu por causa de uma série de fatores, como qualquer outro grande fato histórico; porém esse estudo nos permite dizer que os jornalistas tiveram uma notável contribuição no curso político do Brasil.

O “suicídio” caracterizou-se como um “estopim” diante de tantos desmazelos cometidos por um governo que já evidenciava sinais de esgotamento. É possível deduzir que

se a classe jornalística não tivesse se unido, as publicações do *JT* não teriam surtido efeito, posto que um jornal sozinho não teria sido capaz de alavancar uma consciência política em todo um país. Até porque, infelizmente, já acompanhamos diversas fatalidades que, após serem abandonadas das páginas dos grandes veículos midiáticos, foram negligenciadas pelo povo, como, por exemplo: o desastre em Mariana, em Minas Gerais, que deixou dezenas de mortos e centenas de prejuízos sociais e ambientais; e o acidente da TAM, no aeroporto de Congonhas, que deixou 199 mortos e não foram divulgados amplamente os culpados.

O trabalho do *JT* está intimamente atrelado ao preparo dos profissionais daquele periódico, porque o caso poderia ter sido apenas mencionado como um fato sem muita importância, tal como ocorreu em outros jornais. Contudo, os repórteres dessa repartição exerceram o seu papel de averiguar os fatos - mesmo diante da pressão da censura -, transcendendo a ideia de que um jornalista é um mero “contador de histórias”, mas um importante agente organizador de vozes, que exerce uma função fundamental na sociedade.

Deste modo, “o jornalista seria assim caracterizado como um autor necessário para realização da mediação qualificada que permite o diálogo e, conseqüentemente, o endossamento democrático”, (SANDANO, 2015, p. 29). Essa ideia intensifica a responsabilidade do profissional, visto que ressalta a necessidade de uma vasta formação humanística que, frequentemente, quebre os paradigmas de que apenas estar inteirado com as técnicas de lead e pirâmide invertida fará com que o repórter se destaque em seu ofício.

Além de uma formação intelectual, o jornalista precisa ter em mente que é responsável por tudo aquilo que escreve e, de forma extremamente consciente, deve buscar a neutralidade em suas publicações. O *JT* rompe com a isenção desse princípio - nas matérias analisadas-, porque coloca os seus valores morais em primeiro plano. Porém, a situação política exigia, de toda a classe jornalística, a busca por justiça e liberdade política que, diante de uma manipulação das massas, foi cerceada por governantes que colocaram os anseios de uma nação em segundo plano, com a finalidade de atingir os seus próprios interesses.

Sendo assim, tanto o jornalismo do *JT* quanto os periódicos da imprensa alternativa cumpriram o seu dever social perante o público. E devem servir como exemplo aos futuros profissionais, visto que o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, no artigo 3º, exige: “A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.”

E outros grandes veículos, que não desenvolveram uma cobertura semelhante, colocaram os ganhos econômicos em primeiro plano. Isso ocorreu porque, segundo Kunczik (1997), os meios de comunicação adquiriram, ao longo dos séculos, uma dupla missão: a necessidade de produzir um conteúdo útil ao público e a de servir aos seus anunciantes. Circunstância extremamente delicada, tendo em vista que, segundo o pesquisador, a última função acabou suplantando a primeira. “O grande comércio financia a produção e a

distribuição dos meios de comunicação de massa. E, sem considerar a intenção, quem paga geralmente manda”, (KUNCZIK apud LAZARFELD e MERTON, 1997, p. 75).

Kunczik retrata ainda que a teoria de responsabilidade social, elaborada com base nas teorias liberais no século XX, tem como eixo principal fazer com que a imprensa controle o governo, consagrando os jornalistas como protagonistas do “Quarto Poder”. E para que essa função seja exercida, é necessário que a imprensa esteja livre da “influência governamental e de controles externos”, (1997, p. 75).

É necessário salientar também que por meio desta pesquisa foi possível repensar o lugar do jornalista no século XXI, dado que a exposição de posicionamentos distintos sobre a morte de Herzog e os desdobramentos políticos no Brasil, evidenciaram que os repórteres sempre enfrentarão obstáculos durante o exercício da profissão, contudo o compromisso com a sociedade é um dever maior que precisará ser alcançado.

Um jornalista de verdade é aquele que compreende, de maneira simples e sem se envergonhar, a relação de contestação entre o governo e a imprensa - justamente a tensão em que pensavam os fundadores do país quando criaram a Primeira Emenda. Aqueles que respondem integralmente a essa descrição merecem ser respeitados e protegidos [...], (SANDANO apud SULLIVAN, 2015, pg. 151).

Por fim, a análise dos erros e acertos cometidos pela imprensa durante a ditadura militar nos permite avaliar qual é o jornalismo ideal na nossa era tecnológica. Diferentemente daquele período, hoje, dispomos de uma série de recursos técnicos que nos permitem trabalhar de forma mais ágil e confrontar as informações com maior rapidez. Deste modo, devemos nos apropriar desses meios para facilitar o dia a dia na profissão, mas sem abandonar o caráter humanístico e social nas relações entre a notícia *versus* os interesses do público-alvo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Hamilton. A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa-omega, 1978. 92 p.

CARLOS MADEIRO (Maceió). Portal Uol. Dez razões para não ter saudades da ditadura. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/22/10-motivos-para-nao-ter-saudades-da-ditadura.htm>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CONGRESSO NACIONAL. Presidência da República da Casa Civil. Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969. 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

JORDÃO, Fernando Pacheco. Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil. 6. ed. São Paulo: Global, 2005. 278 p.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003. 442 p.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul: Manual de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997. 415 p.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 408 p.

LUCAS FERRAZ (São Paulo). *Folha de S. Paulo. O instante decisivo: A Folha localizou o fotógrafo do cadáver de Herzog*. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2015.

LUNGARETTI, Celso. *Mártir da redemocratização*. 2005. Observatório de Imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/dossie-vladimir-herzog-1937-1975/martir-da-redemocratizacao/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MORTE de Vladimir Herzog foi, há 40 anos, um divisor de águas da ditadura brasileira. 2015. UOL. Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/noticias/brasil/morte-de-vladimir-herzog-foi-ha-40-anos-um-divisor-de-aguas-da-ditadura-brasileira.html>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

JORNAL DA TARDE: *O que dizem os jornais do exterior*. São Paulo, 29 out. 1995.

JORNAL DA TARDE: *O que o governo não pode tolerar*. São Paulo, 28 out. 1995.

JORNAL DA TARDE: *O sepultamento de Herzog*. São Paulo, 28 out. 1995.

JORNAL DA TARDE: *O ultimo dia de Vlado: trabalhando na TV cultura*. São Paulo, 27 out. 1995.

PEROSA, Lilian M. F. de Lima. *Cidadania proibida: O caso Herzog através da imprensa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 216 p.

SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. *A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil*. 1998. Ucpel. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/638/569>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SANDANO, Carlos. *Para além do código digital: o lugar do Jornalismo em mundo interconectado*. São Carlos: Edufscar, 2015. 190 p.

VENTURA, Zuenir. *Quem era Vlado: Um mártir da abertura*. 2000. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org/quem-era-vlado-por-zuenir-ventura-em-25102000/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

**E-mail para contato:**

[elen.cristiane@hotmail.com](mailto:elen.cristiane@hotmail.com) e [trigo@mackenzie.br](mailto:trigo@mackenzie.br)